

Plano Horizonte e Território: Análise do Roteiro Oficinas de Minas

Alicia Maricel Oliveira Ramos¹

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os impactos positivos e negativos do Plano Horizonte. Para tanto, foi analisado o potencial deste para o (re)ordenamento do território e os impactos nos atrativos, delimitando-se o roteiro Oficinas de Minas como área de estudo. A necessidade de avaliação da eficácia das ações públicas no turismo justifica a realização desta pesquisa, que se insere num cenário em que se sucedem diversas ações que muitas vezes não perduram além dos períodos de governança de seus responsáveis, não atingindo seus objetivos. Como fundamentação, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o propósito de dissertar sobre política de turismo, território e (re)ordenamento do território, criando as bases para a discussão do problema. Realizou-se também uma análise de conteúdo do Plano Horizonte em que se verificou a correspondência deste com a construção teórica sobre influência das políticas e ações públicas sobre o território. Com o intuito de apurar se tal plano vem alcançando seus objetivos, foram realizadas entrevistas nos espaços compreendidos pelo roteiro. De acordo com os resultados apurados, o Plano Horizonte não provocou o (re)ordenamento do território turístico de Belo Horizonte. Algumas razões podem ser consideradas como a participação dos atrativos em sua elaboração.

Palavras-chave: Plano turístico. Território. Impactos.

¹ Bacharel em Turismo. Mestranda em Lazer. Universidade Federal de Minas Gerais. Grupo de Pesquisa Otium: Lazer, Brasil & América Latina. aliciamaricel@gmail.com

Introdução

O turismo caracteriza-se por uma atividade que consome o espaço. Cruz (2006) salienta que esta característica, junto ao fato de tratar-se de uma prática social, diferencia o turismo de demais atividades econômicas ou produtivas. A atratividade do produto turístico depende da identidade de determinado local, construída a partir da relação entre os objetos físicos (objetos geográficos, naturais e artificiais) e os processos (sociais, culturais, econômicos e históricos) que se deram em determinado espaço, e, conseqüentemente, de sua capacidade em provocar o interesse para uma visitaçãõ.

Ainda de acordo com esta autora, a capacidade do turismo em transformar os lugares, impondo sua lógica de organização do espaço, é inegável e possui inúmeros exemplos. Procede dessa característica a necessidade da organização pública do setor, tendo em vista sua regulamentação e incentivo ao desenvolvimento.

O crescente interesse no turismo tem tomado corpo em vários países, através do surgimento de cursos de formação, da abertura de empresas e da concepção de políticas e ações públicas, visando o ordenamento do fenômeno (CRUZ, 2001).

No Brasil, esta realidade caracteriza-se pela criação de planos nos âmbitos federal, estadual e municipal. Em Belo Horizonte, a organização do turismo está a cargo da Empresa Municipal de Turismo – Belotur que é responsável pelo levantamento e disponibilização de informações turísticas, produção de material impresso de interesse turístico, realização de eventos e elaboração e aplicação de planos para desenvolvimento da atividade turística.

Resultado dos trabalhos da Belotur, o Plano Horizonte é uma das iniciativas que visam o desenvolvimento da atividade turística da cidade. Trata-se de um Plano de Marketing Turístico, elaborado em conjunto com a empresa de consultoria Chias Marketing. Seu objetivo é impulsionar o turismo na cidade por meio do aumento do número de visitantes.

Segundo o Relatório Executivo², o esquema metodológico utilizado conjugou a liderança institucional da Prefeitura de Belo Horizonte, através da Belotur, com a experiência técnica da equipe da Chias Marketing. Entre as ações propostas, foram definidos seis roteiros

² Documento disponibilizado pela Belotur que contém a formulação da estratégia de marketing e as ações do plano.

que visam o melhor aproveitamento das atividades turísticas mais demandadas na cidade, de acordo com o diagnóstico deste plano. Para cada roteiro, o Plano Horizonte apresenta uma série de recomendações específicas para qualificação e revitalização dos atrativos, serviços e demais elementos dos percursos (sinalização, vias de transporte, etc.).

Considerando a realidade brasileira, em que toma corpo uma sucessão de planos e ações aparentemente ineficazes para ordenamento e desenvolvimento do turismo, questionou-se a capacidade do Plano Horizonte em promover efetivamente o aumento do fluxo turístico em Belo Horizonte, mais especificamente nos atrativos turísticos compreendidos pelo Roteiro Oficinas de Minas, o qual foi analisado neste trabalho.

Este roteiro compreende o Palácio das Artes, o Conjunto Arquitetônico da Avenida Afonso Pena, o Conservatório UFMG, o Instituto Moreira Salles, o Centro de Cultura de Belo Horizonte, o Centro Cultural UFMG, o Museu de Artes e Oficinas, o Parque Municipal e a Feira de Arte e Artesanato. As recomendações para este roteiro incluem a elaboração de projeto para revitalização de conjunto arquitetônico, a conservação de atrativos, modificação de programação e mudanças estruturais e de serviços, além da implantação de novos estabelecimentos de alimentação.

Como é possível observar, essas recomendações visam modificações no espaço físico da cidade e alterações na oferta turística. Dessa forma, entende-se que o Plano Horizonte tem a capacidade de interferir no espaço e justifica-se um estudo que vise à análise e verificação de seus impactos no território turístico de Belo Horizonte.

Neste sentido, esta pesquisa centrou-se nas seguintes questões: O Plano Horizonte atingiu o objetivo de aumentar a visitação turística em Belo Horizonte?; O Plano Horizonte introduziu modificações territoriais no espaço turístico de Belo Horizonte?

A partir disso, o objetivo geral do trabalho foi analisar a eficácia do Plano Horizonte por meio de seus impactos positivos e negativos no território. Especificamente, analisar o fluxo turístico nos atrativos do roteiro Oficinas de Minas; assim como a possível aplicação das propostas de mudança no território turístico de Belo Horizonte, delimitando-se o roteiro Oficinas de Minas como área de estudo.

Esta pesquisa justificou-se pela necessidade de avaliação da eficácia das ações públicas na regulação e desenvolvimento do turismo, num cenário em que se sucedem diversos planos e programas, os quais muitas vezes não perduram além dos períodos de

governança de seus responsáveis, não atingindo no curto prazo os objetivos que demandem longa duração de trabalhos, permitindo assim questionamentos quanto à sua validade.

Procurando fundamentar as análises propostas, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o propósito de dissertar — a partir da perspectiva de autores de relevância — sobre política de turismo, território e ordenamento do território, de forma a criar as bases para a discussão do problema proposto. Sendo considerada necessária a análise do documento do Plano Horizonte, esta foi realizada de acordo com o que Laville e Dionne (1999) chamam análise de conteúdo. Objetivou-se verificar se há uma correspondência entre a construção teórica sobre influência da política e ações públicas sobre o território e a situação observada no plano. Para guiar esta forma de análise foi necessário o recorte de conteúdos em que foi considerado o tema “(re)ordenamento do território”.

Na busca por compreender os impactos do Plano Horizonte sobre o território, no que tange o aumento do fluxo turístico e as mudanças no território turístico propostas, tornou-se necessária a realização de entrevistas nos espaços compreendidos pelo roteiro, de forma a conhecer a percepção desses quanto aos eventuais resultados. Cada entrevista semi-estruturada foi conduzida a partir de um conjunto de perguntas com o intuito de apurar se o plano vem alcançando seus objetivos. Pretendeu-se aqui verificar se os efeitos visados pelo plano foram percebidos nos atrativos turísticos do roteiro, ou seja, verificar se o Plano Horizonte tem aumentado efetivamente o fluxo turístico e realizado intervenções no território turístico da cidade.

Política de Turismo

Para discutir a influência das políticas de turismo no território, é necessário repassar uma conceituação para política de turismo, tendo em vista uma introdução ao tema. No campo do turismo, a autora Rita A. C. Cruz se destaca ao tratar de política pública para o turismo e sua relação com o território, tornando-se uma das referências mais importantes sobre o tema no Brasil.

Conforme Cruz (2001 p. 9), “à política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada”.

Estes fatores determinam as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado; e facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e às atividades mais suscetíveis de receber apoio estatal. De uma forma geral, uma política de turismo pode ser entendida como a postura adotada pelo Poder Público para a elaboração de planos de ações visando o desenvolvimento da atividade no país.

No Brasil, o turismo passa a receber maior importância nas políticas públicas setoriais a partir da década de 90, apesar de existir aparato institucional desde a década de 60. Este fato foi resultante do significado econômico crescente do turismo, da potencialidade natural do país, a disponibilização de capital estrangeiro para financiamento de projetos, entre outros (CRUZ, 2001).

De acordo com Cruz (In. SOUZA, 2002 p. 29), o planejamento do turismo pela administração pública deve corresponder a um processo contínuo, que considere as transformações socioespaciais e a visão de futuro. Ressalta ainda, a posição da OMT (p. 30) que salienta a importância da política pública para o bom desempenho do turismo devido à heterogeneidade do setor e variedade de sub-setores que o conformam.

É importante ressaltar a diferença entre planejamento, política e plano. O planejamento corresponde a um processo contínuo de tomadas de decisão, com visão de futuro e sempre voltado a algum fim, tomando um sentido de intangibilidade. A política é parte do processo de planejamento e envolve todas as decisões relativas a um determinado setor. Diferencia-se do planejamento por ser o posicionamento da administração pública em relação a um setor. Este posicionamento pode ser expresso na forma de um documento como um plano, que é o documento que reúne um conjunto de decisões quanto à regulação e desenvolvimento da atividade turística.

Para então compreender as relações possíveis entre uma política de turismo e o território, faz-se necessário construir um entendimento para território turístico.

Território Turístico

Parece improvável a possibilidade de se delimitar com exatidão o território turístico. Para tanto, seria necessário medir a intensidade da influência que o turismo exerce sobre o espaço em que se realiza, ou seja, até onde a atividade exerce poder (MAGALHÃES, 2002).

Portanto, analisar o território turístico supõe lidar com aproximações dos limites territoriais dessa atividade.

De acordo com Milton Santos (1985), o termo território corresponde a frações do espaço atribuídas de uma função. Um espaço apropriado por determinados atores, que lhe atribuem determinada função, num dado momento histórico (CRUZ, 2001).

Milton Santos (1978) propõe o entendimento do espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. Rodrigues (2001) esclarece este entendimento relacionando-o ao sistema de transporte no turismo: um sistema de objetos corresponderia então a ferrovias, rodovias, hidrovias, estações rodoviárias e ferroviárias, portos e aeroportos. Contudo, tanto objetos quanto ações não possuem vida própria se não forem tomados em conjunto. Por esta razão, a um sistema de ações, mantendo o exemplo anterior, corresponderiam os trechos de fluxos (como as vias) e a produção e consumo dos espaços pelo turismo. Portanto, o território turístico corresponde à fração do espaço funcionalizada pelo turismo.

Este conceito é utilizado por Knafou (In. RODRIGUES, 1996). Este autor destaca três diferentes relações entre turismo e território: territórios sem turismo; turismo sem território; e territórios turísticos. Os territórios sem turismo correspondem aos espaços não apropriados por esta atividade. Por turismo sem território entende-se os produtos turísticos completamente desvinculados dos atributos naturais e socioculturais (CRUZ, 2001) do território em que estão inseridos. Finalmente, os territórios turísticos correspondem a territórios tomados pelos turistas e retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores (KNAFOU In. RODRIGUES, 1996). Nesta relação inserem-se não apenas os espaços sem algum uso anterior ao turismo, mas também aqueles que somaram o uso turístico a outros usos pré-existentes.

A realidade de Belo Horizonte assemelha-se a esta última forma de relação entre território e turismo. Os roteiros turísticos da cidade reúnem espaços criados em razão da cultura, da educação e do lazer da própria população, e que foram assimilados ao uso turístico.

Ao planejamento territorial devem estar atrelados planos e políticas públicas, como condição de seu sucesso. Transformar o espaço em um produto turístico requer uma racionalidade que dê conta da competitividade global e torne possível a sobrevivência deste produto no mercado. Desconsiderar estes fatores é fadar um produto turístico ao fracasso.

No que concerne aos territórios turísticos, cabe ainda discutir a relação entre turismo e urbano. Basicamente, o espaço urbano constitui, ao mesmo tempo, suporte e atrativo para o turismo. A infra-estrutura urbana está na base da atratividade turística, até mesmo em modalidades como o ecoturismo, que utilizam dessa infra-estrutura ainda que com menor intensidade, como aeroportos e vias de acesso aos destinos de natureza, por exemplo (CRUZ, 2001).

A relação entre turismo e urbano pode ser descrita em três situações. Há casos em que o processo de urbanização é também um processo de urbanização turística. Isto é, uma localidade turística é criada a partir do planejamento de projetos urbano-turísticos. Outra situação ocorre quando o processo de urbanização é posterior, e também decorrente, do desenvolvimento do turismo em um lugar. Esta é a realidade de pequenos povoados submetidos à intensa urbanização à medida que se intensificam os fluxos turísticos. Finalmente, há situações em que o urbano antecede o turismo. As cidades são incorporadas pelo turismo devido à valorização cultural ou à indução do desenvolvimento da atividade (CRUZ, 2001).

É neste caso que planos e políticas públicas do turismo podem agir como indutores da atividade, direcionando a infra-estrutura e os equipamentos urbanos já existentes para uso do turismo. Isto é o mesmo que dizer que as políticas de turismo podem somar ao espaço urbano esta nova função: a turística.

Política de Turismo e sua Indução ao Reordenamento do Território

No início de seu desenvolvimento como atividade econômica, o turismo utilizava-se, integralmente, de infra-estruturas cuja criação era destinada a outros usos do território. Com o passar do tempo, a atividade deixou de ser uma usuária passiva e tornou-se mais um agente condicionador do território (CRUZ, 2001). Da capacidade do turismo em transformar os lugares procede a necessidade da organização pública deste, tendo em vista sua regulamentação e incentivo ao desenvolvimento (CRUZ In. SOUZA, 2002).

Dentre as diversas possibilidades de (re)ordenamento do território movido pelo turismo, as políticas e ações públicas se destacam por desempenharem o papel de reguladores da atividade nos âmbitos nacional, regional, estadual e municipal. Utilizando-se dos conceitos de Milton Santos (1978), para que o turismo se desenvolva, é necessária a criação de um

sistema de objetos que se adapte e aja em conjunto com um sistema de ações próprio da atividade. Ou seja, uma estrutura física deve existir para atender necessidades como de locomoção, hospedagem e alimentação.

A iniciativa privada é capaz (financeiramente) de criar tal sistema de objetos. Contudo, somente o Poder Público, por meio das políticas, tem a faculdade de estabelecer metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento socioespacial do turismo (CRUZ, 2001), além de ser capaz ele mesmo de criar ou adaptar um sistema de objetos destinado ao turismo.

As políticas públicas de turismo podem atuar sobre o ordenamento ou o reordenamento do território de diversas formas. Em relação ao ordenamento do território, uma política pública pode consistir em implantar infra-estrutura como incentivo ao desenvolvimento da atividade. No caso do reordenamento do território, a política pode contribuir à determinação de novos usos ou adequação de espaços com destinação originalmente diferente do uso turístico.

O processo de (re)ordenamento do território movido pelas políticas públicas de turismo se traduz na readequação do espaço (seja dos objetos, das ações ou de ambos conjuntamente) a uma nova função.

Análise do Potencial do Plano Horizonte para a Indução ao Reordenamento do Território

Para delimitar este estudo, escolheu-se o roteiro Oficinas de Minas como a área para análise dos impactos do Plano Horizonte no território. Concebido de forma a abrigar locais de referência do fazer e das artes mineiras e belo-horizontinas, este roteiro localiza-se no centro de Belo Horizonte, estendendo-se da Praça da Estação ao Palácio das Artes. Nele se encontram marcos da história, da cultura e da arquitetura da capital. Como informado anteriormente, os atrativos deste roteiro são: *Palácio das Artes; Conjunto Arquitetônico da Avenida Afonso Pena; Conservatório UFMG; Instituto Moreira Salles; Centro de Cultura de Belo Horizonte; Centro Cultural UFMG; Museu de Artes e Ofícios; Parque Municipal; Feira de Arte e Artesanato.*

As propostas do Plano Horizonte para este roteiro destinam-se tanto aos locais de visitação e observação quanto à oferta de serviços existente:

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

- Elaboração de projeto para revitalização do conjunto arquitetônico ao longo da Avenida Afonso Pena, com a recuperação de construções de valor histórico como o edifício Acaiaca e o Cine Brasil, privilegiando ações para redução da poluição visual;
- Revitalização e conservação do Parque Municipal;
- Regularização da programação dos espaços culturais presentes no roteiro.
- Qualificar a oferta dos restaurantes na região central da cidade, na própria Avenida Afonso Pena e imediações;
- Incentivar a implantação de bares, cafés e restaurantes, recuperando assim a tradição boêmia da região central;
- Centro de Cultura de Belo Horizonte: implantar uma loja e/ou livraria dedicada à temática do cinema e da televisão no Brasil e, mais especificamente, em Minas e Belo Horizonte;
- Feira de Arte e Artesanato: definir um espaço da feira para a recuperação de seus conceitos e propostas originais, que valorizem o artista popular e o artesão; organizar melhor o espaço de exposição, a divisão por setor ajuda, mas é pouco quando o interesse do público é a busca de produtos mais exclusivos, que deveriam ter destaque dentro de cada sessão.

Fica claro que estas propostas vão além do mero apontamento de pontos de parada e visitação, demonstrando a preocupação em revitalizar os locais de interesse turístico, bem como garantir a oferta de atividades e vivências culturais ao longo do roteiro. Por isso, cabe a análise do potencial destas propostas para a indução do desenvolvimento turístico, como exposto no referencial teórico: o plano turístico, como instrumento de uma política, pode agir como um indutor da atividade ao direcionar infra-estrutura e equipamentos urbanos para o turismo, somando ao espaço a função turística; ou direcionar ações para criação da infra-estrutura e equipamentos necessários ao desenvolvimento turístico. Portanto, é possível entender que essas ações sugeridas têm potencial para induzir o (re)ordenamento do território para o uso turístico.

Tais recomendações foram desmembradas e classificadas em dois grandes grupos, de acordo com suas características mais marcantes. O primeiro, *Ordenamento do território*, corresponde à criação da infra-estrutura e equipamentos necessários ao desenvolvimento

turístico. O segundo, *Reordenamento do território*, corresponde às ações destinadas a direcionar infra-estrutura e equipamentos urbanos para o turismo.

Ordenamento do Território
Incentivar a implantação de bares, cafés e restaurantes, recuperando assim a tradição boêmia da região central;
Centro de Cultura de Belo Horizonte: implantar uma loja e/ou livraria dedicada à temática do cinema e da televisão no Brasil e, mais especificamente, em Minas e Belo Horizonte.

No grupo *Ordenamento do Território*, pode-se observar que as ações propostas estão voltadas à criação de novos equipamentos para o turismo. A implantação de uma loja dentro do Centro Cultural de Belo Horizonte, mais do que adequar este local ao uso turístico, cria uma nova estrutura que irá oferecer um serviço distinto da oferta original deste local. A proposta de incentivo à implantação de bares, cafés e restaurantes também se aproxima do entendimento adotado para ordenamento do território, pois também corresponde à instalação de novos equipamentos para atender à demanda turística.

Reordenamento do Território
Elaboração de projeto para revitalização do conjunto arquitetônico ao longo da Avenida Afonso Pena, com a recuperação de construções de valor histórico como o edifício Acaiaca e o Cine Brasil, privilegiando ações para redução da poluição visual;
Revitalização e conservação do Parque Municipal;
Regularização da programação dos espaços culturais presentes no roteiro;
Qualificar a oferta dos restaurantes na região central da cidade, na própria Avenida Afonso Pena e imediações;
Feira de Arte e Artesanato: definir um espaço da feira para a recuperação de seus conceitos e propostas originais, que valorizem o artista popular e o artesão; organizar melhor o espaço de exposição, a divisão por setor ajuda, mas é pouco quando o interesse do público é a busca de produtos mais exclusivos, que deveriam ter destaque dentro de cada sessão.

De maneira diferenciada, as ações reunidas no grupo *Reordenamento do território* visam adaptações no território, ao invés da criação de novos elementos. A proposta de revitalização do conjunto arquitetônico da Avenida Afonso Pena, por exemplo, demonstra esta característica de forma clara: esta proposta não cria infra-estrutura nem equipamentos, mas propõe realizar a manutenção e conservação do conjunto, para o melhor aproveitamento

de seu potencial turístico. De forma semelhante apresenta-se a revitalização e conservação do Parque Municipal.

Estas propostas para o reordenamento do território ressaltam a conservação e manutenção de aspectos físicos do espaço. As seguintes se referem ao uso, às interações que se dão sobre este território.

A regularização da programação dos espaços culturais e a qualificação da oferta de restaurantes visam adequar a oferta existente à demanda turística que se deseja obter. Isso significa implantar modificações no território turístico que aumentem e/ou melhorem os serviços que já estão em funcionamento.

A proposta de reorganização do espaço de exposição da Feira de Arte e Artesanato visa modificar o posicionamento das barracas, com o propósito de recuperar sua identidade e valorizar os artistas e artesãos populares. Portanto, entende-se que tais modificações no território também visam à adequação ao turismo.

No Plano Horizonte, o turismo aparece majoritariamente como usuário do território. Entretanto, objetivando diversas intervenções, este plano demonstra seu potencial de (re)ordenamento do território turístico de Belo Horizonte, propondo novos usos, a criação de novos elementos e a reorganização de espaços. Pode-se assim concluir que o Plano Horizonte relaciona-se com o território turístico e, portanto, tem a capacidade de causar impactos no mesmo.

Análise dos Impactos do Plano Horizonte no Território Turístico - Roteiro Ofícios de Minas

Os dados apresentados foram fornecidos por 6 entrevistados – representantes dos atrativos do roteiro estudado – de acordo com seus conhecimentos, suas opiniões e informações que possuem sobre as entidades nas quais trabalham.

De acordo com estas entrevistas, constatou-se que o Plano Horizonte é praticamente desconhecido. Apenas um entrevistado afirmou conhecer o plano, e mesmo assim não em detalhes. Um dos entrevistados que afirmou não conhecer o plano já havia ouvido falar de alguma iniciativa para o turismo, até mesmo tendo sido procurado pela Belotur, mas não soube informar se esta ocasião foi relacionada ao Plano Horizonte.

É possível perceber que os atrativos que foram selecionados para integrar o roteiro não tiveram qualquer participação no Plano Horizonte. Isso demonstra que a criação de um plano turístico não analisou o interesse nem a possibilidade desses espaços em participarem do desenvolvimento do turismo no município, podendo-se considerar que se tratou de uma decisão externa e impositiva.

Sobre o aumento no fluxo de visitantes nos atrativos investigados, ficou claro que este não é atribuído ao Plano Horizonte. As razões explicitadas pelos entrevistados que informaram haver percebido maior número de visitantes foram diferenciadas. Um deles atribuiu tal aumento às ações do próprio espaço em vista da atração de maior público. Outro considerou o tempo de funcionamento: sendo o espaço cultural novo (inaugurado há menos de 3 anos do momento de realização desta pesquisa), encontra-se ainda num estágio em que o fluxo de visitantes está em crescimento. As ações próprias visando à criação e manutenção de público, como a realização de eventos e incremento da oferta cultural, também podem ser considerados como colaboradores para esta realidade. Os relatos colhidos nas entrevistas esclareceram as várias iniciativas e o trabalho intenso para a formatação de projetos, a obtenção de recursos – especialmente por meio da Lei de Incentivo à Cultura – e a concretização e divulgação da programação cultural ofertada pelos atrativos. Pode-se dizer que nenhuma dessas ações recebeu auxílio relacionado ao desenvolvimento do turismo.

Apenas um dos entrevistados informou ter criado programação especificamente destinada ao turismo. Dos restantes, um demonstrou o interesse de fazê-lo. O fluxo turístico é claramente reconhecido como um público efetivo dos locais estudados e com potencial de crescimento. Apesar disso, não existem muitas ações que atendam às demandas específicas deste.

Três dos entrevistados informaram que seus espaços não passaram por nenhuma modificação em sua estrutura física destinada ao turismo, inclusive aquele para o qual o Plano Horizonte propõe a elaboração de projeto de revitalização. Por outro lado, outros dois passaram por modificações. Um entrevistado informou que houve uma revitalização em seu espaço, mas que esta não é estritamente relacionada ao turismo, mas acompanha a série de melhorias realizadas no centro da cidade. Outro informou ter havido a instalação – no interior do espaço e por iniciativa própria – de sinalização turística em três idiomas. O último deles informou que se tem discutido um projeto para reformulação do layout da disposição física do atrativo. Este projeto não é devido ao Plano Horizonte, apesar deste conter proposta

semelhante. A iniciativa pretende melhorar a forma de exposição, os corredores de locomoção e adequar o espaço às exigências do Corpo de Bombeiros para a segurança.

Três entrevistados informaram que houve ações realizadas com vistas a mudanças nas formas de divulgação e de atendimento, dentre as quais estão a capacitação de funcionários para o atendimento ao turista; a distribuição da programação em hotéis, estabelecimentos de alimentação e comércio; e a existência de monitores disponíveis a atender às demandas dos visitantes.

Todos os entrevistados acreditam que a programação ofertada é atraente e atende à demanda turística. Além disso, todos demonstraram interesse em participar da atividade turística da cidade. Apesar disso, quatro dos entrevistados informaram que não foi realizada nenhuma ação específica para o aproveitamento do turismo nos espaços culturais em que trabalham. Dos dois restantes, um informou que, no ano de 2009, a relação dos museus com o turismo foi analisada e debatida, sendo esta a única ação tomada até o momento. O outro entrevistado informou que o espaço cultural pelo qual respondeu já possui projetos mais específicos como comercialização de souvenirs da casa e publicações de arte.

A partir de iniciativas próprias, os atrativos que compõem o roteiro estudado realizam algumas parcerias. Estas ocorrem eventualmente, por meio de trocas de serviços e empréstimo de espaços. Isso demonstra a possibilidade de se criar uma integração consistente entre todos esses atrativos, fator necessário para a oferta de um produto turístico bem formatado e capaz de atender satisfatoriamente à demanda.

Percebeu-se que todas as ações em vista do aproveitamento turístico, ainda que de pouca expressividade, são resultantes da percepção e iniciativa de cada local pesquisado. Há o reconhecimento do potencial que o turismo representa para estes locais, porém não há articulação planejada das ações necessárias para que este potencial se torne uma fonte real de benefícios.

Considerações finais

De um modo geral, observou-se que é de interesse o desenvolvimento do turismo, especialmente respaldado por ações públicas que garantam o apoio a iniciativas particulares. A expectativa é de que a atuação pública compartilhe com os atrativos e prestadores de serviços a responsabilidade de atender à demanda turística.

Apesar da maioria dos entrevistados não conhecer o Plano Horizonte, observou-se existir o interesse e a disposição para a participação no desenvolvimento do turismo em Belo Horizonte. A crítica limitou-se ao fato de que a construção desse plano não previu a sua participação, demonstrando interesse em fazer parte de ações como essa. A falta de resultados concretos, perceptíveis pelos espaços componentes do território turístico, foi por vezes mencionada.

Muitas ações já realizadas pelos atrativos e associações entrevistadas são independentes das ações públicas para o desenvolvimento do turismo. A criação do roteiro Oficinas de Minas não incentivou a integração dos atrativos que o compõem, os quais concretizam parcerias por conta própria, sem mesmo ter conhecimento de que participam de um mesmo produto turístico.

Até o momento, o almejado aumento no fluxo turístico, visando desencadear o desenvolvimento do turismo na cidade, não foi concretizado no roteiro Oficinas de Minas. Isso permite supor que a realidade em outras frações do território turístico seja semelhante. Observou-se que o Plano Horizonte não atingiu seus objetivos e, portanto, não efetuou mudanças no território turístico de Belo Horizonte.

Com os dados apresentados, pode-se questionar os motivos pelos quais o Plano Horizonte não atingiu os resultados esperados, mesmo já encontrando-se no último ano do prazo estipulado para sua concretização. Esta realidade pode ser explicada por vários fatores, dentre eles: o não conhecimento de ações da Belotur para desenvolvimento do turismo; a não participação dos elementos do território e a consequente falta de apoio; o despreparo destes mesmos elementos para o trabalho conjunto no turismo; e a relação deficiente entre poder público e instituições interessadas no turismo.

Referências

BELOTUR. *Plano Horizonte: Marketing turístico de Belo Horizonte. Relatório Executivo, 2007.*

CRUZ, Rita C. A. *Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço.* América Latina: cidade, campo e turismo CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo, 2006. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clasco.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf>> Acesso em: 10/08/2008.

CRUZ, R.C.A.; SAN SOLO, D.G. Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica. *Caderno Virtual de Turismo*, v.3, n. 4, 2003. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=41&layout=abstract>> Acesso em: 10/08/2008.

CRUZ, R.C.A. *Políticas públicas de turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais*. In. SOUZA, Maria José de (org.) *Políticas públicas e o lugar do turismo*. Brasília: Universidade de Brasília; Departamento de Geografia; Ministério do Meio Ambiente, 2002. p. 25-38

CRUZ, R.C.A. *Política de turismo e território*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

KNAFOU, Remy. *Turismo e território*. Por uma abordagem científica do turismo. In. RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.) *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 62-74

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settinere. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios*. São Paulo: Roca, 2002.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. *Licere*, Belo Horizonte, v.5, n.1, p. 149-164, 2002.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.